

HAGEMEYER, Caroline de Araújo Pupo. Resenha *The routledge handbook of Forensic Linguistics*, de Malcolm Coulthard & Alison Johnson. *ReVEL*, vol. 12, n. 23, 2014. [www.revel.inf.br].

RESENHA DE “THE ROUTLEDGE HANDBOOK OF FORENSIC LINGUISTICS”, DE MALCOLM COULTHARD E ALISON JOHNSON

Caroline de Araújo Pupo Hagemeyer¹

carolinehagemeyer@hotmail.com

A Linguística Forense é uma disciplina recente que vem ganhando prestígio tanto no meio acadêmico quanto no judicial. É uma área interdisciplinar e preocupa-se com questões de cunho linguístico relacionadas ao Direito. O início dessa disciplina é marcado por duas publicações: *The Language of the Law*, de David Mellinkoff (1963) e *The Evan's Statements*, de Ian Startvik (1968). Entretanto, poucos trabalhos foram publicados nos anos subsequentes. A década de 1990 marca o amadurecimento da disciplina com um significativo número de publicações e, principalmente, com a criação da International Association of Forensic Linguistics (IAFL), em 1993, e da International Journal of Speech, Language and the Law, em 1994.

No Brasil, a Linguística Forense está se estabelecendo, contando com algumas publicações, dois congressos (um deles promovido pela UNICAP – Recife, em 2012, e outro sediado na UFSC – Florianópolis, em 2013), além de uma Associação de Linguagem e Direito (ALIDI), que foi fundada em 2012.

The Routledge Handbook of Forensic Linguistics é uma excelente introdução, que convida o leitor a navegar pelos principais tópicos da Linguística Forense e destina-se a estudantes de Linguística, linguistas forenses e profissionais do Direito. Os autores são profissionais de prestígio, sendo que muitos deles já participaram de inúmeras audiências como peritos em Linguística. O resultado é uma magnífica coleção de artigos que, por meio de observações, análises de textos e exemplos de

¹ Doutoranda em Língua Inglesa na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com pesquisa na área da Linguística Forense.

casos reais, apresentam o mundo da Linguística Forense. O leitor perceberá a interdisciplinaridade da área, uma vez que, para resolver os mais diversos problemas relacionados ao uso da linguagem, tanto oral quanto escrita, os autores buscam suporte em diversas áreas da Linguística, como a análise do discurso, a filosofia da linguagem, a fonética, a morfologia, a semântica, a pragmática e a linguística computacional.

Os editores dessa obra são profissionais reconhecidos mundialmente. Malcolm Coulthard é professor emérito da Universidade de Birmingham e foi o diretor fundador do Centro de Linguística Forense da Universidade de Aston. Ele ainda integrou o comitê que fundou a Associação Internacional de Linguística Forense, sendo o primeiro presidente. Ademais, ele já atuou como perito em mais de 200 casos. Alisson Johnson é professora na Universidade de Leeds com pesquisas desenvolvidas na área de *corpus* e linguagem no sistema judiciário. Foi agente policial por seis anos, e sua tese de doutorado explorou o uso de perguntas nos interrogatórios policiais.

Os editores fazem a abertura com uma cuidadosa introdução da área, em que é possível perceber a abrangência e a relevância da Linguística Forense. Eles apresentam a organização dos 38 artigos, que estão distribuídos em três seções, seguidas por uma breve síntese a respeito de cada artigo. Resumir todos os artigos extrapolaria o espaço planejado para esta resenha; por essa razão, foram escolhidos somente alguns para oferecer uma visão geral da obra.

A primeira seção – *The language of the law and the legal process* (A linguagem do Direito e o processo jurídico) – abrange quatro tópicos relacionados à linguagem do Direito. O primeiro deles focaliza o texto escrito e é composto por cinco capítulos. No Capítulo 4, intitulado *Legal writing: complexity* (Linguagem jurídica: complexidade), Stygall apresenta a análise de dois tipos de documentos e mostra como a complexidade pode interferir na compreensão desses documentos. Ela aponta que, apesar do esforço de algumas entidades para deixar os documentos mais claros, eles ainda representam um desafio à maioria dos leitores. Stygall sugere que os linguistas poderiam ser úteis no sentido de deixar esses documentos mais comunicativos para o público em geral.

Alguns capítulos voltam-se para o mundo dos interrogatórios policiais. Ainsworth, em seu *Miranda rights. Curtailing coercion in police interrogation: the failing promise of Miranda v. Arizona* (Direitos da Miranda. Reduzindo a coerção

nos interrogatórios policiais: a promessa fracassada da Miranda e Arizona), promove uma discussão a respeito da eficiência da *Miranda warning*, que é a famosa advertência proferida pelos policiais aos suspeitos antes de serem interrogados com o intuito de protegê-los de qualquer coerção no momento do interrogatório. No entanto, Ainsworth aponta que tal advertência não protege os suspeitos como deveria, o que se deve ao fato de ela ser marcada por uma linguagem pouco clara e compreensível para o cidadão comum.

Os últimos capítulos dessa seção abordam a participação de leigos na esfera judicial. Tiersma, no Capítulo 17, *Instructions to jurors. Redrafting California's Jury instructions* (Instruções para o júri. Reescrevendo as instruções para o júri da Califórnia), faz uma breve síntese a respeito da remodelação das instruções para os jurados no Estado da Califórnia, seguida por uma comparação entre as versões original e remodelada. Ele ainda aponta para a complexidade da primeira e para as dificuldades que muitos jurados enfrentam para entender tais instruções.

A segunda seção – *The linguist as expert in the legal process* (O linguista como perito no processo jurídico) – mostra de que forma o linguista pode contribuir na apresentação de evidências em casos envolvendo algum tipo de disputa, seja no discurso escrito ou oral. No Capítulo 23, Butters, em seu *Trademark linguistics. Trademarks: language that one owns* (Marca registrada e linguística. Marca registrada: linguagem que pertence a alguém), fala a respeito da disputa de marcas registradas. Ele cita alguns casos de que participou como perito e apresenta a metodologia utilizada em cada um a fim de mostrar a similaridade em termos de som, significado e aspecto visual das marcas em questão. Dumas, no Capítulo 24, *Consumer product warning. Composition, identification, and assessment of adequacy* (Advertência em produtos de consumo. Composição, identificação e avaliação da adequação), discute a eficácia das advertências em produtos de consumo, e toma como ponto de partida para essa discussão um caso de que participou como perita, no qual havia questionamento a respeito da eficiência das advertências de cigarro, isto é, se elas comunicavam os riscos com clareza. Já Jessen, no Capítulo 25, *The forensic phonetician. Forensic speaker identification by experts* (Foneticista forense. Identificação forense do falante por especialistas), discorre sobre a fonética e como ela é empregada na identificação do falante. Enquanto Solan, no Capítulo 26, dirige a atenção para as implicações em atuar como perito em *The forensic linguist. The expert linguist meets the adversarial system* (O linguista

forense. O perito linguista no sistema acusatório). Ele traz à tona uma série de questões que abrangem tanto o lado profissional quanto o lado psicológico do linguista, que são de suma importância para aqueles que almejam se aventurar nessa área. Solan ainda cita o *Daubert Standard*, que foi um divisor de águas na apresentação das evidências no sistema judiciário dos Estados Unidos, que se deu a partir de três casos decididos nos anos de 1990, cujos laudos apresentados pelos peritos foram negados por falta de validação científica. Desde então, somente as evidências baseadas em métodos confiáveis e previamente testados são aceitas nesse sistema. Segundo o autor, isso pode tolher o trabalho do perito, uma vez que limita o testemunho a métodos que estão estabelecidos.

Ainda sobre a apresentação evidências, Coulthard, no Capítulo 31, *Experts and opinions. In my opinion* (Especialistas e opiniões. Na minha opinião), traz uma discussão elucidativa sobre como o perito deve apresentar as evidências, além de mencionar alguns problemas que podem surgir em razão da forma como o perito expressa uma opinião. Toda a discussão é marcada por exemplos de casos em que ele ou outro perito participaram. O autor mostra as ferramentas utilizadas na análise, bem como os pontos positivos e negativos de cada análise.

A terceira seção – *New debates and new directions* (Novos debates e novas direções) – apresenta os novos caminhos da Linguística Forense e conta com apenas quatro capítulos, além das *Considerações finais*. O Capítulo 37, *Computational forensic linguistics. Searching for similarity in large specialized corpora* (Linguística computacional forense. Procurando por similaridades em grandes corpora especializados), de Woolls, mostra como os computadores podem auxiliar o trabalho investigativo do profissional, tomando, como exemplo, dois casos. Peter Gray, no Capítulo 38, *The future for forensic linguists in the courtroom. Cross-cultural communication* (O futuro para os linguistas forenses no tribunal. Comunicação intercultural), mostra a perspectiva do juiz e aponta para a necessidade da comunicação entre os linguistas forenses e as pessoas envolvidas com a prática do Direito na Austrália. No entanto, é possível dizer que a falta de interação entre os profissionais de ambas as áreas estende-se a outros países. Além disso, muitos profissionais do Direito desconhecem o trabalho do linguista forense.

Coulthard e Johnson fecham o livro tecendo algumas considerações a respeito do futuro da Linguística Forense nas áreas do discurso escrito do Direito, da linguagem usada na interação no meio judiciário e do linguista como perito. Esse

livro introduz o campo da Linguística Forense magnificamente e é leitura obrigatória para todos aqueles que desejam conhecer a área.

COULTHARD, Malcolm; JOHNSON, Alison. (Eds.). *The Routledge Handbook of Forensic Linguistics*. London: Routledge, 2010. 673 p.